

EDGAR DE SOUZA

O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários e a habitação moderna brasileira: o caso do Edifício dos Bancários em Passo Fundo/RS

The Bankers' Retirement and Pensions Institute and modern brazilian housing: the case of the bankers' building in Passo Fundo/RS

Edgar de Souza

Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal da Fronteira Sul (2017), com período sanduíche na Technische Universität Kaiserslautern (2015); Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade Meridional (2020); Conselheiro de Patrimônio Cultural no Conselho Municipal de Políticas Culturais de Chapecó/SC. Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Empresarial (UCEFF) desde 2020.

Architect and Urbanist by the Universidade Federal da Fronteira Sul (2017), with interuniversity exchange graduate at the Technische Universität Kaiserslautern (2015); Master degree in Architecture and Urbanism by the Faculdade Meridional (2020); Cultural Heritage Advisor at the Municipal Council for Cultural Policies in Chapecó/SC. Professor of Architecture and Urbanism at the Faculdade Empresarial (UCEFF) since 2020.

edgardesouza@hotmail.com

Resumo

No Brasil, até as primeiras décadas do século XX, os campos previdenciário e habitacional eram controlados essencialmente pelo setor privado. Frente à ineficiência do setor privado em atender a demanda nacional por esses serviços e pressionado pela população, principalmente urbana, o poder público decidiu assumir efetivamente como sua responsabilidade a promoção da assistência e habitação social com a ampliação das CAPs, na década de 1920, e dos IAPS na década de 1930. Estes órgãos foram fundamentais para a ampliação da previdência e moradia subsidiada pelo governo aos trabalhadores urbanos do país. Os Institutos de Aposentadoria e Pensões (1930-1964) tiveram protagonismo nas discussões e na materialização das reflexões acerca da construção do espaço urbano e habitacional do século XX, especialmente, na introdução de novos materiais e técnicas vinculados ao movimento moderno. O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB) teve papel de destaque ao aplicar inovações técnicas, sobretudo nos campos da arquitetura e do urbanismo, abrigando em seu corpo técnico, profissionais ligados aos ditames modernos e em consonância com os objetivos do plano desenvolvimentista do governo de Getúlio Vargas. Assim, o presente estudo se insere no âmbito das políticas públicas habitacionais no Brasil, tendo como objeto de estudo o edifício residencial dos bancários, edificado, em 1953, pelo IAPB, na cidade de Passo Fundo - RS. Desta forma, objetiva-se analisar o projeto arquitetônico do Edifício dos Bancários, tal como a inserção deste na cidade em questão. Ademais, o trabalho se justifica essencialmente pela escassez de estudos que analisem arquitetonicamente as ações dos IAPs, sobretudo em cidades médias distantes do eixo Rio-São Paulo. Metodologicamente, o estudo foi dividido em revisão bibliográfica, análise documental e análise gráfica.

Palavras-chave: IAPB. Habitação social. Arquitetura moderna. História da arquitetura.

Abstract

In Brazil, until the first decades of the twentieth century, the social security and housing sectors were essentially controlled by the private sector. Faced with the inefficiency of the private sector in meeting the national demand for these services, and pressured by the mainly urban population, public power decided to effectively assume as its responsibility the promotion of assistance and social housing with the expansion of CAPs in the 1920s, and IAPS in the 1930s. These agencies were instrumental in extending government-subsidized pensions and housing to urban workers in the country. The Institutos de Aposentadoria e Pensões (1930-1964) played a leading role in the discussions and materialization of the reflections on the construction of the urban and housing space of the twentieth century, especially in the introduction of new materials and techniques linked to the modern movement. The Bankers' Retirement and Pensions Institute (IAPB) played a prominent role in applying technical innovations especially in the fields of architecture and urbanism, housing in its technical staff, professionals linked to the modern dictates and in line with the objectives of the development plan of the government of Getúlio Vargas. Thus, the present study is part of the public housing policies in Brazil, whose object is to study the residential banker's building, built in 1953 by the IAPB, in the city of Passo Fundo, RS. In this way, the objective is to analyze the architectural design of the Banker's Building, as well as its insertion in the city in question. In addition, the work is justified mainly by the scarcity of studies that analyze architecturally the actions of the IAPs, especially in medium cities distant from the Rio-São Paulo axis. Methodologically, the study was divided into bibliographic review, documentary analysis and graphic analysis.

Keywords: IAPB; Social habitation; Passo Fundo; Modern architecture. History of architecture.

Resumen

En Brasil, hasta las primeras décadas del siglo XX, los campos de la seguridad social y la vivienda estaban esencialmente controlados por el sector privado. Ante la ineficiencia del sector privado para atender la demanda nacional de estos servicios y presionado por la población, principalmente urbana, el poder público decidió asumir efectivamente como su responsabilidad la promoción de la vivienda asistencial y social con la expansión de las CAPs, en la década de 1920, y IAPs en la década de 1930. Estas agencias fueron fundamentales en la expansión de la vivienda subsidiada por el gobierno y la seguridad social para los trabajadores urbanos del país. Los Institutos de Jubilaciones y Pensiones (1930-1964) tuvieron un papel protagonista en las discusiones y en la materialización de reflexiones sobre la construcción del espacio urbano y habitacional del siglo XX, especialmente en la introducción de nuevos materiales y técnicas vinculadas al movimiento moderno. El Instituto de Jubilaciones y Pensiones de los Empleados Bancarios (IAPB) jugó un papel destacado en la aplicación de las innovaciones técnicas, especialmente en los campos de la arquitectura y el urbanismo, albergando en su personal técnico, profesionales vinculados a los dictados modernos y en línea con los objetivos del plan de desarrollo del gobierno de Getúlio Vargas. Así, el presente estudio se inscribe en el ámbito de las políticas públicas de vivienda en Brasil, teniendo como objeto de estudio el edificio residencial de empleados bancarios, construido en 1953 por IAPB, en la ciudad de Passo Fundo - RS. Así, el objetivo es analizar el diseño arquitectónico del Edificio del Banco, así como su inserción en la ciudad en cuestión. Además, el trabajo se justifica fundamentalmente por la escasez de estudios que analicen arquitectónicamente las acciones de las IAP, especialmente en ciudades de tamaño medio alejadas del eje Rio-São Paulo. Metodológicamente, el estudio se dividió en revisión bibliográfica, análisis documental y análisis gráfico.

Palabras clave: IAPB. Habitación social. Arquitectura moderna. Historia de la arquitectura.

Introdução

Nas primeiras décadas do século XX, frente à crescente onda de greves operárias por melhorias trabalhistas, assistências à saúde e previdenciária, assim como das melhorias nas condições e provimentos de moradias, o Governo tomou efetivamente para si os serviços de concessão previdência e habitação social por meio da criação das Caixas de Aposentadoria e Pensões e, em especial, dos Institutos de Aposentadorias e Pensões. Estes órgãos tiveram um caráter importante em inovar no processo de estruturação das cidades brasileiras, incentivando o emprego de materiais e técnicas que remetiam à linguagem moderna em seus empreendimentos, assim como, permitindo aos seus técnicos a adaptação das habitações aos diferentes materiais e contextos socioeconômicos de cada região (BONDUKI, 2017).

O presente artigo se insere na temática das políticas públicas habitacionais no Brasil, tendo como objeto de estudo o Edifício dos Bancários, localizado na cidade de Passo Fundo, estado do Rio Grande do Sul, construído em 1953 e implementado dentro das ações do Instituto de Aposentadoria e Pensões (IAPs), em especial, no âmbito do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB). Objetiva-se analisar o projeto arquitetônico do supracitado edifício, tal como a inserção deste na cidade em questão. A pesquisa tem sua importância justificada, essencialmente pela escassez de estudos que analisem arquitetonicamente as ações no contexto das Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs) e dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), sobretudo, em cidades de médio porte, fora da região sudeste. Destaca-se que esta pesquisa resulta da dissertação de mestrado desenvolvida pelo autor, intitulada "Habitação social: a atuação das CAPs e IAPs em Passo Fundo, RS (1945-1964)", com financiamento da CAPES, sob orientação da Prof. Dra. Caliane C. O. A. Silva.

Quanto aos procedimentos metodológicos, este trabalho foi desenvolvido em três etapas principais: pesquisa bibliográfica; pesquisa documental; e análise gráfica. Na primeira etapa, pesquisou-se sobre a origem e a trajetória da produção e do financiamento de habitação social no Brasil até meados do século XX, bem como acerca da história urbana de Passo Fundo, com especial atenção à atuação da esfera pública no campo habitacional. A segunda etapa foi realizada principalmente com dados primários encontrados em arquivos de órgãos públicos e privados, em especial nos arquivos das Gerências Executivas do INSS-RS nas cidades de Passo Fundo e Porto Alegre. Por fim, as análises gráficas das relações arquitetônico-formais do edifício se fundamentaram nos elementos de análise desenvolvidos e/ou sistematizados por Clark e Pause (2004) e Florio (2008).

A metodologia de análise gráfica elaborada por Clark e Pause (2004) se divide em onze elementos: estrutura; luz natural; concentração; planta, corte e elevação; circulação e área útil; unidade e o todo; repetitivo e único; simetria e equilíbrio; geometria; adição e subtração; hierarquia. Já a metodologia proposta por Florio (2008) aborda doze itens de análise: acessos e perímetro; hierarquia; circulação e espaços; grau de compartimentação; coberturas; setorização; campos visuais; geometria e ritmo; proporção e equilíbrio; volume; relação planta e corte; opacidade e transparência. A primeira metodologia se propõe unificar a categorização de projetos totalmente distintos, tornando-se, de certo modo, genérica. A segunda, por outro lado, por se voltar exclusivamente a análise de exemplares residenciais, restringe-se a um único campo. Dessa forma, para esta pesquisa, as metodologias foram agrupadas e sintetizadas em oito elementos de análise para uma maior aproximação ao objeto de estudo, uma edificação modernista, sendo eles: ambientes; setores; geometria em planta e elevação; tipologias; circulação; opaco/transparente; linhas de força; hierarquia.

A definição dos elementos de análise se voltou à possibilidade de verificar a aplicabilidade dos preceitos racionais e funcionais da arquitetura moderna na obra de estudo. Desse modo, permite-se a partir da análise dos ambientes, setores e circulações compreender a distribuição funcional das atividades, o nível de integração entre espaços internos e a relação com o ambiente externo, tal como a racionalidade dos acessos e encaminhamentos. Já a análise das tipologias possibilita examinar informações de partido de projeto e as relações compositivas entre um grupo de obras. Quanto à verificação da geometria em planta e elevação, das linhas de força, da hierarquia e da relação entre áreas opaco/transparentes, permite-se investigar a interação e/ou independência entre elementos arquitetônicos, tal como identificar os traçados reguladores que estruturam o raciocínio espacial, podendo coincidir, ou não, com a modulação estrutural, o sistema construtivo, ou questões estéticas.

Habitação moderna: CAPs e IAPs

Em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, o Brasil passava por processos de industrialização e urbanização aliados ao agravamento de problemas urbanos como o inchaço populacional, a precariedade na infraestrutura e serviços, a alta da mortalidade, o desemprego e o déficit habitacional. Os habitantes das classes mais carentes acabavam por aceitar as precárias condições das poucas moradias ofertadas pelos rentistas, despendendo assim uma grande parcela do seu ordenado para o pagamento do aluguel. Por outro lado, além de não contribuir para amenizar o déficit habitacional, as condições sub-humanas das ações empreendidas pelos rentistas, comprometeram, dentre outros aspectos, a salubridade e qualidade de vida da população, contribuindo para a insatisfação dos letrados e da classe média e baixa da época, frente às más condições de higiene das habitações e do espaço urbano (BONDUKI, 2017; CORREIA, 2004).

As ações do Estado no campo da moradia eram, até então, essencialmente de legislação repressora, caracterizada pelos códigos para a edificação de habitações (FARAH, 1983). Nas décadas seguintes, deu-se a atuação na construção e reforma de moradias a partir de parcerias com entidades privadas, pela criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) e dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), pelo custeio da construção de vilas operárias, pela política de aluguel voltada a parcela carente e por meio da regulamentação das relações de alugueis de imóveis urbano a partir das Leis do Inquilinato, outorgadas a partir da década de 1920 e ampliadas em 1940 (BONDUKI, 2017). Estas ações se aproximam das soluções empregadas pelas sociais-democracias europeias no pós-Primeira Guerra, em especial, na Alemanha e Áustria, assim como, das diretrizes do Movimento Moderno (BRUNA, 2015).

Até meados da década de 1930, predominou no Brasil a produção de moradias voltadas aos trabalhadores sob a lógica rentista, na forma de vilas, casas geminadas, ou então residências isoladas no centro dos lotes, dispostos na malha urbana de forma tradicional, sem o apoio de equipamentos e, muitas vezes, de serviços básicos (CORREIA, 2004). Do mesmo modo, as primeiras ações das Caixas e dos Institutos de Aposentadoria ainda refletiam a influência dos higienistas, dando preferência à casa isolada, com recuos laterais e frontal, em detrimento das moradias geminadas. A revisão desse modelo aconteceu com o emprego dos ideais modernos de arquitetura e urbanismo no setor habitacional brasileiro, não apenas por parte das decisões técnicas, mas também ligado aos objetivos do novo regime de modernizar a nação (PORTO, 1938).

Para que o então modelo de casa operária fosse superado, os arquitetos modernos propuseram não só a racionalização do projeto e das construções, mas também do comportamento dos habitantes para com as novas moradias, visando a renovação do modo de morar (BRUNA, 2015). Fundamentais para o alcance desses pressupostos, foram a racionalização da cozinha e demais áreas de serviço – muitas vezes tornadas coletivas –; a reestruturação do mobiliário, adequando-se à unidade mínima habitacional; e o emprego de estruturas em concreto armado, que permitiram alcançar maiores vãos e separar aos elementos estruturais das vedações (FRAMPTON, 2015). Para tanto, esse processo de renovação chegou ao país por meio de profissionais brasileiros que estudaram ou trabalharam no exterior, pela influência de profissionais estrangeiros que visitaram ou atuaram no país, assim como pela difusão e análise de revistas, livros e publicações importados. Salienta-se que o contexto interno favorável à modernização, do ponto de vista ideológico, econômico e político, possibilitou tais ideias e sua concretização (CORREIA, 2004).

Dentre os profissionais que se destacaram no contexto de atuação das CAPs e dos IAPs, pode-se citar o arquiteto Rubens Porto, assessor técnico do Conselho Nacional do Trabalho (CNT), que desempenhou importante papel na adoção dos ideais modernos pelo governo Vargas, auxiliando na formulação das diretrizes para a atuação das Carteiras Prediais desses órgãos (BONDUKI, 2017). Porto defendia a construção de blocos coletivos em conjuntos habitacionais periféricos limitados a quatro pavimentos e, quando desprovidos de elevador, edificados sobre pilotis para melhor aproveitar do espaço térreo e maior segurança nos pavimentos superiores. Para ele o emprego dos apartamentos duplex proporcionaria economia e permitiria uma melhor distinção interna entre os diferentes setores. Assim, a construção deveria ser racionalizada e os conjuntos autônomos, dispendo de equipamentos e priorizando o fluxo de pedestres ao de automóveis. Além disso, o planejamento dos conjuntos deveria ocorrer em conformidade com os planos urbanos, respeitando os eixos estruturadores e as preexistências naturais (PORTO, 1938).

Nessa nova produção habitacional, sobretudo a partir de 1930, foi evidenciado os esforços na diminuição do custo da construção, por meio da verticalização, da industrialização dos componentes construtivos, da racionalização do processo de projeto e construtivo (BONDUKI, 2014). Assim, surgiram novas concepções urbanísticas e tipologias habitacionais, em geral, providas de diferentes equipamentos coletivos, baseadas na concepção de que a habitação deveria ir além da moradia individual. Contudo, o modelo de habitação individual e isolada, implantada convencionalmente, não foi totalmente substituído pelas tipologias modernas – conjuntos habitacionais de blocos multipavimentos associados a equipamentos coletivos –, compondo as produções das CAPs, dos IAPs (BRUNA, 2015).

Quanto à atuação das CAPs e dos IAPs, estes contavam com uma estrutura organizacional complexa, dividida em escritórios federais, estaduais e municipais, onde diferentes corpos técnicos, dentre os quais, arquitetos e engenheiros dedicaram-se à reflexão e intervenção no contexto da moradia. Estas instituições não somente abrigaram profissionais pioneiros da arquitetura e do urbanismo moderno, como concretizaram experiências pioneiras, ainda que com diferentes programas, partidos, soluções projetuais e tecnológicas, que contribuíram na época para as transformações das cidades brasileiras e do modo urbano de morar (BONDUKI, 2014).

No contexto dos IAPs, mais especificamente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB), conformedo pela categoria com o maior salário médio dentre os trabalhadores do país, o órgão teve a maior arrecadação per capita quando comparado aos demais Institutos, refletindo, deste modo, positivamente nas suas ações no setor habitacional. Nesse sentido, a produção habitacional empreendida pelo IAPB alcançou

a melhor relação entre unidades produzidas e associados do país, totalizando 6.164 unidades, com destaque para o período entre 1945 e 1950, alcançando 2.325 unidades locadas em 15 conjuntos (BONDUKI, 2017; FARAH, 1983; GAP, 1985).

Ainda que o Estado brasileiro não tenha conseguido formular uma política habitacional consistente, qualitativamente, a produção de moradias de elevado nível de projeto das CAPs e dos IAPs teve um importante impacto na definição de novos modos de morar, de processos construtivos e da ocupação do espaço urbano. Nesse sentido, em virtude de seus elevados fundos de reserva, o IAPB se destacou ao produzir tipologias habitacionais inovadoras – com o emprego de formas geométricas puras, do concreto armado e da unidade mínima – visando maior racionalidade e qualidade construtiva, tal como melhor aproveitamento do solo e das particularidades climáticas de cada local.

O Edifício dos Bancários em Passo Fundo/RS

A partir de 1950, o IAPB consolidou uma política particular para os seus projetos habitacionais, caracterizada por edifícios de grande altura ou blocos únicos de quatro pavimentos implantados em terrenos de menores dimensões, integrados à malha urbana central das cidades, denominados “Edifícios dos Bancários” que acabaram se consolidando como um elemento de identidade da categoria (BONDUKI; KOURY, 2014). A arquitetura desses edifícios se configurou pelo emprego de elementos próprios do modernismo nacional, como a modulação estrutural, os cobogós, os pilotis, os quebra-sóis e a marcação das diferentes funções na volumetria. Foi, sobretudo por meio dos edifícios dos bancários, que o IAPB colaborou para o processo de verticalização e disseminação do modernismo no espaço urbano de diferentes cidades brasileiras (BONDUKI, 2014). Ainda que 43% das unidades edificadas pelo órgão tenham se concentrado no estado de São Paulo e 30% no Rio de Janeiro (FARAH, 1983), acredita-se que o protagonismo do IAPB no espaço urbano de cidades distantes do eixo Rio-São Paulo, ainda pouco estudadas, pode ter causado um impacto ainda mais expressivo do que nos centros urbanos já consolidados.

Na década de 1950, a direção do Departamento de Engenharia do IAPB ficou a cargo dos arquitetos Carlos Azevedo Leão e Aldary Henriques Toledo, o primeiro, chefiando de 1940 a 1957 e, o segundo, de 1957 a 1966. Entretanto, no ano em que o Edifício dos Bancários de Passo Fundo foi projeto pelo Instituto, em 1953, o departamento era dirigido temporariamente por Aldary Toledo, visto que Carlos Leão se afastara de licença por motivos de saúde (BONDUKI, 2014). Conforme Marques (2018), Aldary Toledo e Carlos Leão além de amigos também eram grandes colaboradores no desenvolvimento de projetos arquitetônicos. Exemplo disso, no mesmo ano em que ingressou no Departamento de Engenharia do IAPB, em 1940, Toledo projetou o edifício do Cineteatro Edgard em Cataguases/MG, contando com a parceria profissional de Carlos Leão.

Dentro do IAPB, Aldary Toledo e Carlos Leão também colaboraram em diferentes projetos. Na elaboração do projeto para a Casa das Bancárias [1], de autoria de Leão, Toledo ficou encarregado pelo detalhamento da obra, assim como ocorreu no projeto do Cineteatro Edgard em Cataguases, em virtude do afastamento de Carlos Leão das atividades do IAPB (MARQUES, 2018). Nesse sentido, ainda que grande parte dos projetos elaborados inteiramente pelo Setor de Engenharia do Instituto tenha sido creditada ao próprio departamento (BONDUKI, 2014) assim como no objeto de estudo deste artigo, os fatos supramencionados reforçam a hipótese de que o Edifício do IAPB [1], construído em Passo Fundo, seja de autoria de Aldary Toledo e Carlos Leão.



FIGURA 1 – À esquerda, perspectiva da Casa das Bancárias em Niterói, RJ. À direita, Perspectiva do Edifício dos Bancários em Passo Fundo, RS.

Fonte: Bonduki e Koury, 2014; Arquivos do INSS/RS, 2019.

O município de Passo Fundo, localizado na região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, de modo geral, teve a estruturação do seu espaço urbano atrelada a três principais períodos intimamente relacionados aos acontecimentos regionais: o traçado de uma rota comercial; a implantação da linha ferroviária e; por fim, a reestruturação produtiva e a intensificação da migração campo-cidade. Desse conjunto de fatores, resultaram, sobretudo, os processos de crescimento periférico e de alargamento e verticalização da área central, inserindo-se neste último a construção do Edifício dos Bancários (FERRETO, 2012).

No início da década de 1950 [2] a cidade de Passo Fundo contava com aproximadamente 6.000 prédios, dos quais, muitos construídos em madeira e em más condições de conservação e salubridade (GOSCH, 2002). Quanto aos edifícios multipavimentos, em 1959, existiam apenas três edifícios com quatro pavimentos em Passo Fundo, sendo um deles o Edifício construído pelo IAPB (IBGE, 1959). Nesse contexto, o Edifício dos Bancários faria parte dos objetivos de reestruturação e modernização urbana expressos no primeiro Plano Diretor de Passo Fundo, de 1953.

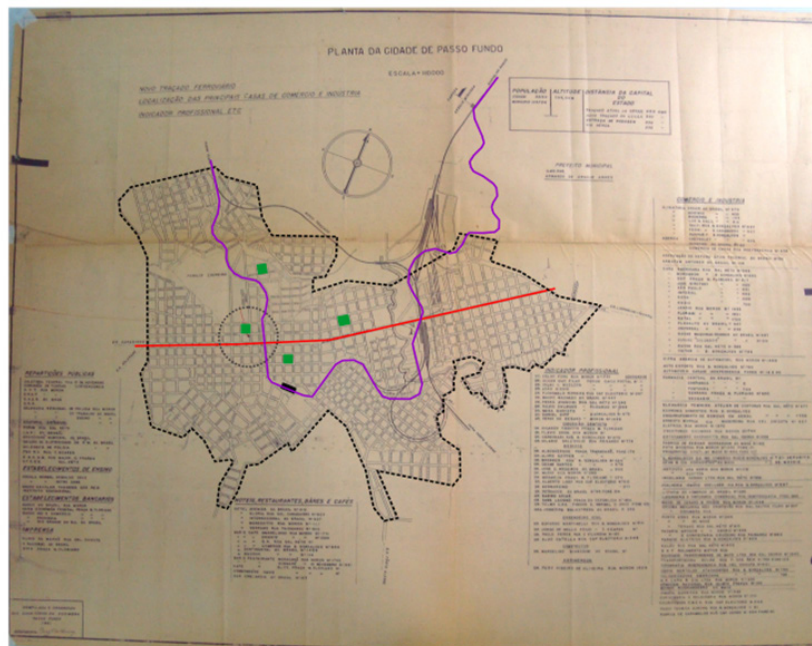


FIGURA 2 – Planta da cidade de Passo Fundo/RS na década de 1950.

Fonte: Arquivos do INSS/RS, 2019 (adaptação própria).

PLANTA DA ÁREA E URBANA DE PASSO FUNDO - DÉCADA DE 1950 SEM ESCALA

— AVENIDA BRASIL
— LINHA FÉRREA
■ PRAÇAS
■ ESTAÇÃO FERROVIÁRIA
..... ÁREA DE ANÁLISE
..... LIMITE URBANO



Com projeto de 13 de agosto de 1953,¹ dos técnicos do Departamento de Inversões e Serviços de Obras do IAPB locado na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal do Brasil, o Edifício dos Bancários de Passo Fundo foi pensado para o uso misto, a fim de comportar a agência e o sindicato da categoria local, assim como as unidades habitacionais dos associados (INSS, 2019). O terreno urbano onde o edifício foi erigido se situa na Rua Teixeira Soares, n.1.045, esquina com a Rua Paissandú. A área da gleba totaliza 680m², medindo 20m de frente por 34m de frente a fundos, confrontando-se: ao norte com a Rua Paissandú, onde faz frente e mede 20m; ao sul com terrenos particulares; ao leste com a Rua Teixeira Soares, onde mede 34m; e ao oeste com terrenos particulares. O edifício, medindo 17m de frente por 34m de frente a fundos, soma 2.312m² de área construída, distribuída em 4 pavimentos e composto por 18 apartamentos autônomos [3].



FIGURA 3 – Edifício dos Bancários em Passo Fundo, RS.

Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

Com projeto estrutural da empresa construtora Ernesto Wolbcke S.A. Engenharia Civil, de Porto Alegre, foi adotado no edifício dos bancários o sistema construtivo de alvenaria de vedação com blocos cerâmicos, sem função estrutural, aliados a uma estrutura de pilares e vigas em concreto armado moldadas no local (INSS, 2018). Destaca-se a presença de laje dupla no primeiro pavimento, empregada, possivelmente, pela necessidade de ocultar visualmente a passagem da tubulação hidráulica e suportar o balanço dos andares superiores. Assim, em geral, deu-se preferência à disposição estrutural na qual os pilares estivessem integrados às paredes da edificação, com exceção das paredes externas das fachadas leste e oeste, a fim de proporcionar uma fachada livre, um dos principais elementos da arquitetura moderna *corbusiana*.²

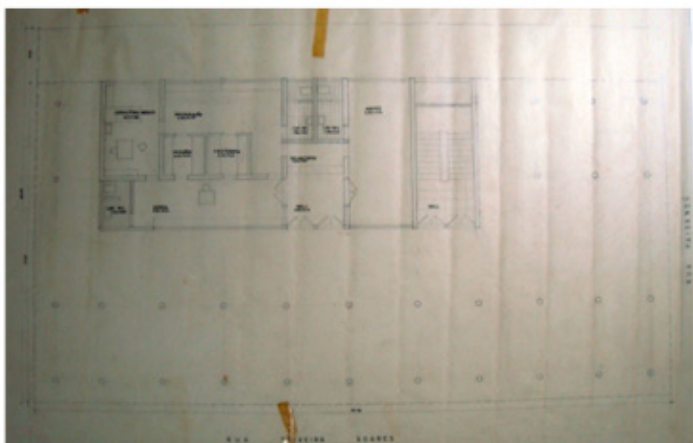
Conforme projeto arquitetônico da edificação (INSS, 2019), também encontrado no Núcleo Documental da Prefeitura Municipal de Passo Fundo (2019), no primeiro pavimento funcionava as atividades administrativas da agência e do sindicato dos bancários, bem como o acesso aos apartamentos. Atualmente, a agência foi subdividida em três salas comerciais e o sindicato passou a ser o salão de festas do edifício. O primeiro pavimento foi o pavimento que apresentou as maiores transformações em sua organização distributiva desde o processo de concepção do projeto.

¹ Processo A-46 (INSS, 2019).

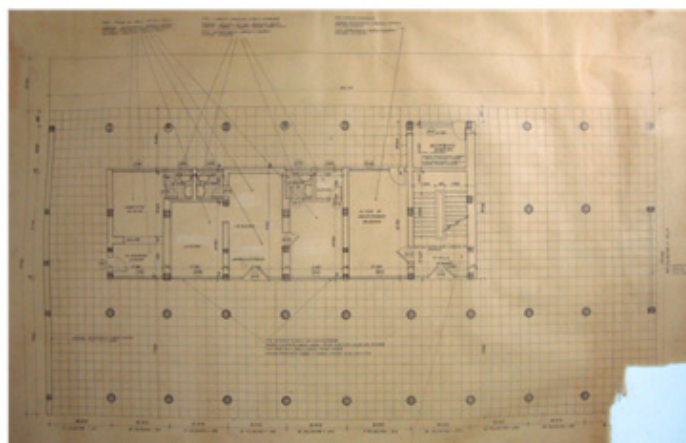
² Os cinco pontos da arquitetura de Charles Édouard Jeanneret, Le Corbusier, são: a planta livre; a fachada livre; os pilotis; o terraço jardim e; a janela em fita (FRAMPTON, 2015).

A partir dos projetos encontrados nos arquivos do INSS/RS, identificaram-se três propostas diferentes para o primeiro pavimento: a primeira, que correspondeu à proposta preliminar, datada de 02 de julho de 1953; a segunda, conformou-se como o projeto inicialmente executado, datando de 8 de junho de 1955; e a terceira, corresponde ao projeto posterior de modificações e acréscimos, datada do dia 03 de abril de 1962, no qual já é possível identificar a atual disposição espacial. Além disso, também foram encontradas duas propostas para as dependências do zelador, datando dos anos de 1956 e 1957 [4].

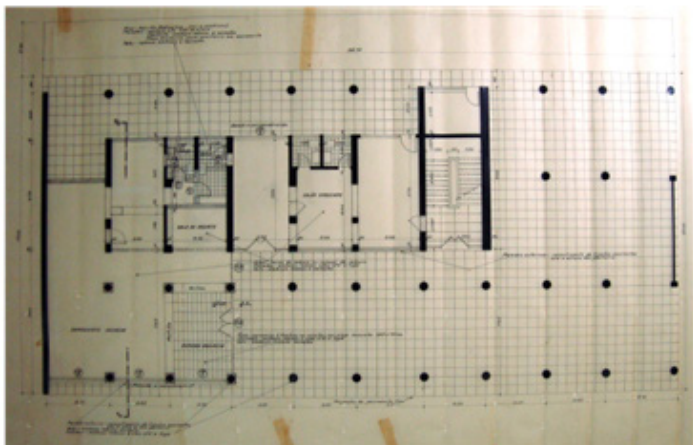
01



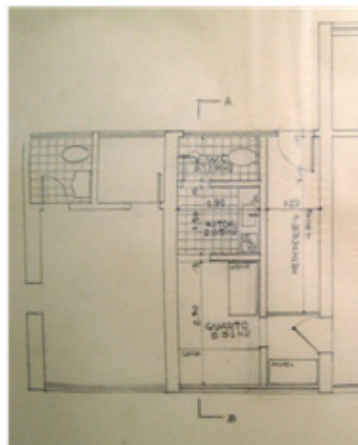
02



03



04



LEGENDAS

01 - PROJETO DE 1953

02 - PROJETO DE 1955

03 - PROJETO DE 1962

04 - DEPENDÊNCIAS DO ZELADOR:
À ESQUERDA - 1956
À DIREITA - 1957

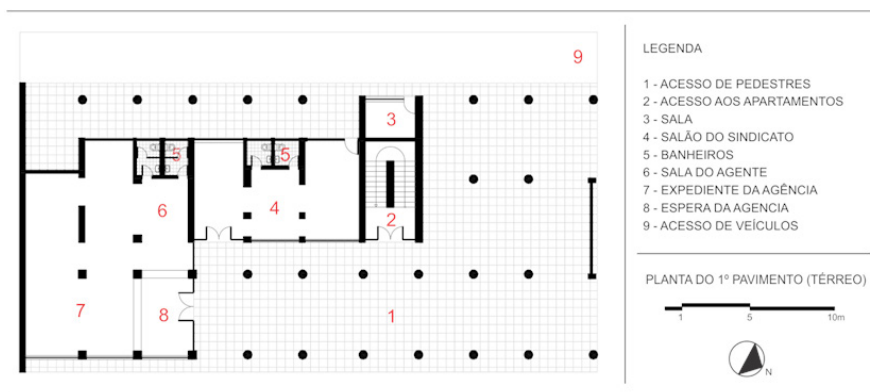
FIGURA 4 – Diferentes propostas para o primeiro pavimento do Edifício dos Bancários em Passo Fundo, RS.

Fonte: Arquivos do INSS/RS, 2019.

Quanto à distribuição dos ambientes [5], o projeto do primeiro pavimento é composto pelo acesso de pedestres junto playground/garagem (360m²), acesso aos apartamentos (18m²), sala/depósito (7m²), salão do sindicato (53m²), banheiros do sindicato (5m²), banheiros da agência (7m²), sala do agente (12m²), expediente da agência (82m²), espera da agência (20m²) e acesso de veículos (102m²).

FIGURA 5 – Planta do primeiro pavimento do Edifício dos Bancários em Passo Fundo, RS.

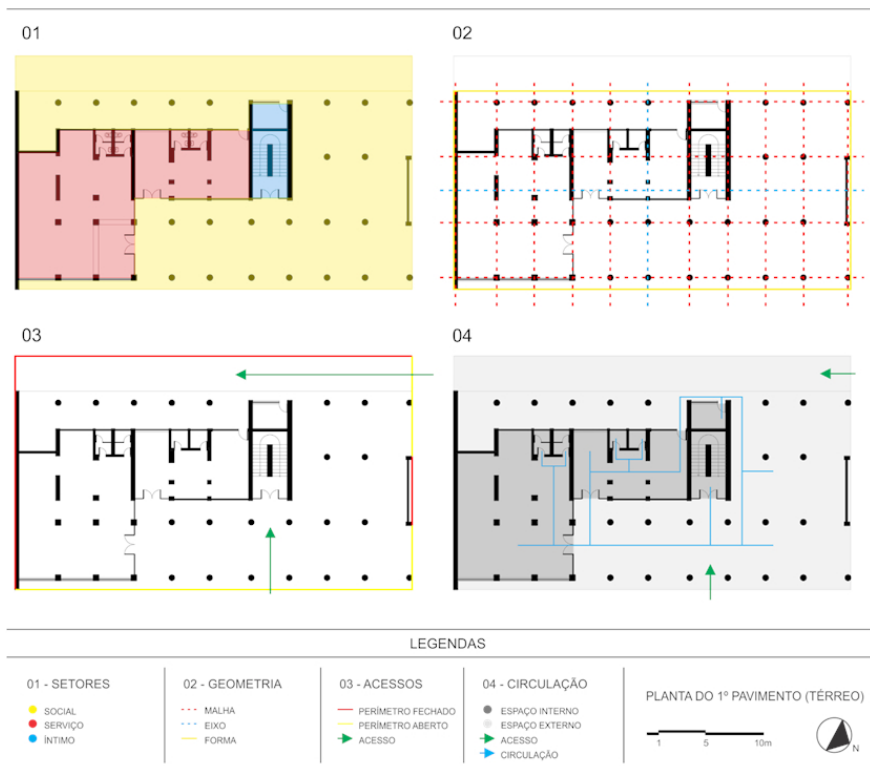
Fonte: Arquivos do INSS/RS, 2019 (adaptação própria).



A planta do primeiro pavimento se dividiu em setor social (461m²), setor íntimo (32m²) e setor de serviço (182m²). A partir da análise do projeto arquitetônico e estrutural, observa-se que a organização espacial dos ambientes foi, sobretudo, determinada por uma malha formada a partir da distribuição estrutural ordenada com um espaçamento, em média, de 3m longitudinalmente e de 5m no sentido transversal. Ademais, a sequência de pilotis que define quase todo o perímetro do pavimento possibilitou a permeabilidade visual e física do primeiro pavimento com o exterior, gerando grande interação entre o espaço público e privado, sendo coerente com os intentos da arquitetura moderna. Contudo, esse sentido de integração, sobretudo física, é reduzido pela diferença de nível com o passeio público [3], assim como por um pequeno painel de cobogós junto ao limite norte do terreno, o qual marca o eixo central longitudinal da forma. A circulação interna e externa entre os ambientes, ainda que bastante integrada, não apresenta uma lógica distributiva. Isto pode ser reflexo das diversas alterações efetuadas no pavimento em questão [6].

FIGURA 6 – Análises gráficas do primeiro pavimento do Edifício dos Bancários em Passo Fundo, RS.

Fonte: Arquivos do INSS/RS, 2019 (adaptação própria).

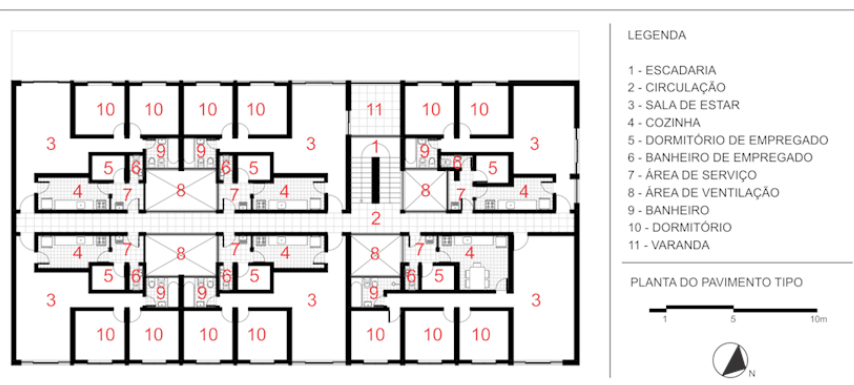


São seis unidades habitacionais autônomas em cada pavimento tipo, divididas em duas tipologias: a primeira com dois dormitórios e a segunda com três dormitórios. Dentre os seis apartamentos em cada pavimento tipo, cinco possuem dois dormitórios (tipologia A - 74,90m², B - 85,00m² e C - 76,80m²) e apenas um apresenta três dormitórios (101,20m²). Além disso, das tipologias de apartamentos com dois dormitórios, há três diferentes configurações de planta, variando na área privativa e na oferta e disposição de alguns ambientes. Cada apartamento possui dois acessos, de serviço e social, além de serem internamente iluminados e ventilados por quatro poços de luz que, quando associados as demais aberturas, também permitem a ventilação natural cruzada [7].

Quanto a distribuição dos ambientes, o pavimento tipo é composto pela escadaria (14m²), circulação (40m²), sala de estar (19/27m²), cozinha (8/12m²), dormitório de empregado (3m²), banheiros de empregado (1,5m²), área de serviço (3m²), área de ventilação/poço de luz (6/10m²), banheiro (3,6/4 m²), dormitório (9m²) e varanda (9m²). Os ambientes internos de serviços e as circulações externas aos apartamentos possuem revestimento de piso cerâmico ou então em marmorite. Os ambientes sociais e íntimos possuem revestimento de piso em lambris de madeira.

FIGURA7 – Planta baixa do pavimento tipo do Edifício dos Bancários em Passo Fundo, RS.

Fonte: Arquivos do INSS/RS, 2019 (adaptação própria).



A planta tipo dos apartamentos é dividida em setor íntimo (124m²), setor de serviços (248m²) e setor social (174m²). Da mesma forma que no primeiro pavimento, a organização espacial do pavimento tipo é definida a partir do arranjo estrutural e, por consequência, das divisórias. A distribuição de malha estrutural segue o mesmo ordenamento e espaçamento do 1º pavimento, mostrando uma concepção formal e construtiva baseada na funcionalidade interna, racionalização de dimensões e componentes, bem como na economia de materiais construtivos [8].

Nota-se que a tipologia de apartamentos com dois dormitórios "A" (74,90m²) serviu de base para as demais composições, sendo replicada de forma espelhada nos sentidos longitudinal e transversal. A divisão explícita em três setores mostra a preocupação em racionalizar e distinguir as diferentes funções. Também é possível inferir a preocupação com a redução das circulações internas. Quanto à presença de dois acessos e ambientes voltados aos empregados, evidencia-se que a edificação é voltada para uma classe social mais abastada com condições de ter funcionários domésticos, ao passo que reproduz tradições da arquitetura colonial brasileira.

A decisão por apenas quatro pavimentos, em geral, baseada nas experiências da arquitetura moderna alemã, permitiu a redução de custos ao suprimir a instalação de elevador. Contudo, a falta desse equipamento, associada à baixa dimensão de largura dos vãos de circulação e passagem, denotam a despreocupação com a possibilidade de que houvessem moradores com mobilidade reduzida. Além disso, a planta do pavimento se desenvolve a partir do eixo longitudinal de circulação que dá acesso aos apartamentos individuais e à circulação vertical. No interior das

unidades habitacionais, a circulação principal se desenvolve de forma linear em “T”, ramificando-se para cada ambiente.

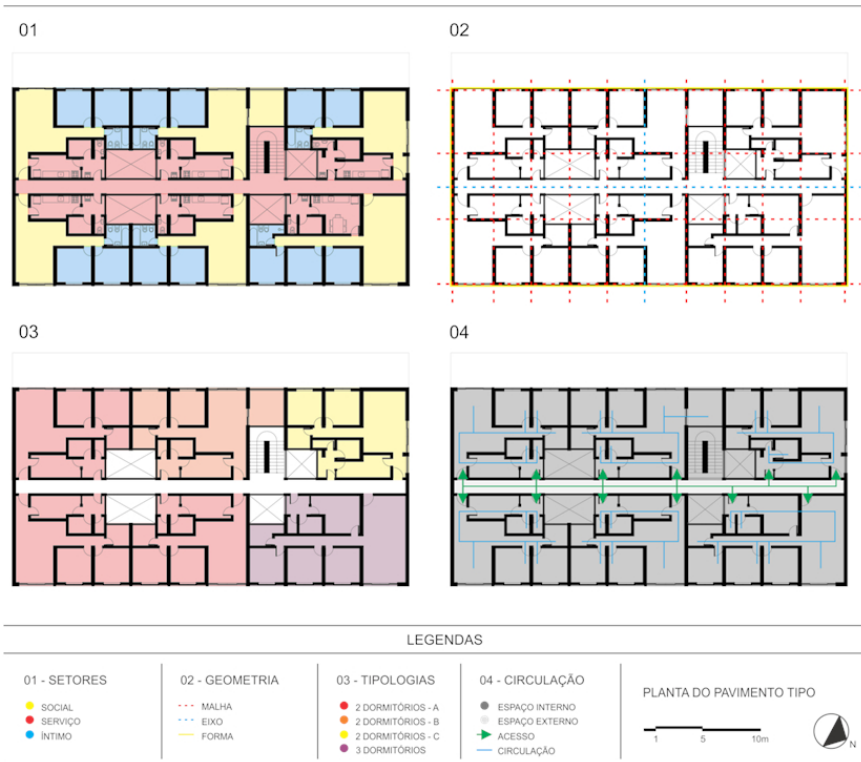


FIGURA 8 – Análises gráficas da planta do pavimento tipo do Edifício dos Bancários em Passo Fundo, RS.

Fonte: Arquivos do INSS/RS, 2019 (adaptação própria).

Formalmente, o volume da edificação corresponde a um paralelepípedo quadrangular regular com predominância da horizontalidade. Nesta forma inicial foi possível constatar a subtração da base, equivalendo ao primeiro pavimento, e as adições em suas faces laterais, que correspondem aos frisos e revestimentos das fachadas. Tais transformações da forma acentuam a sua horizontalidade, com destaque para as faixas horizontais que marcam a transição entre pavimentos e criam uma repetição nesse mesmo sentido. A porcentagem de áreas transparentes/vazias para opacas é de aproximadamente 20% de áreas vazias no total das três principais fachadas gerando uma repetição no sentido vertical alterada pela presença de aberturas tipo porta-sacada protegidas por peitoril horizontal.

A disposição dos elementos que compõem as fachadas do edifício segue a malha estrutural que também determina as plantas baixas. Quanto à hierarquia formal, é possível distinguir claramente o embasamento de pilotis, o corpo da edificação, e o seu coroamento definido pela platibanda de fechamento da cobertura. Ademais, nota-se a presença de proporção entre as fachadas, tendo as fachadas leste/oeste exatamente o dobro das dimensões das fachadas norte/sul [9].

Percebem-se semelhanças formais e funcionais ao comparar o Edifício dos Bancários em Passo Fundo com os projetos do IAPB para outras cidades no Rio Grande do Sul, das quais, Santa Maria e Pelotas tiveram seus Edifícios dos Bancários construídos, enquanto os projetos para as cidades de Porto Alegre e Erechim não foram executados (BONDUKI; KOURY, 2014; MARQUES, 2018). Ressalta-se que os projetos para Passo Fundo, Santa Maria e Pelotas datam do mesmo ano, 1953 (INSS, 2019; BONDUKI; KOURY, 2014; RIBEIRO, 2017).



FIGURA 9 – Análises gráficas das fachadas e volume do Edifício dos Bancários em Passo Fundo, RS.

Fonte: Arquivos do INSS/RS, 2019 (adaptação própria).

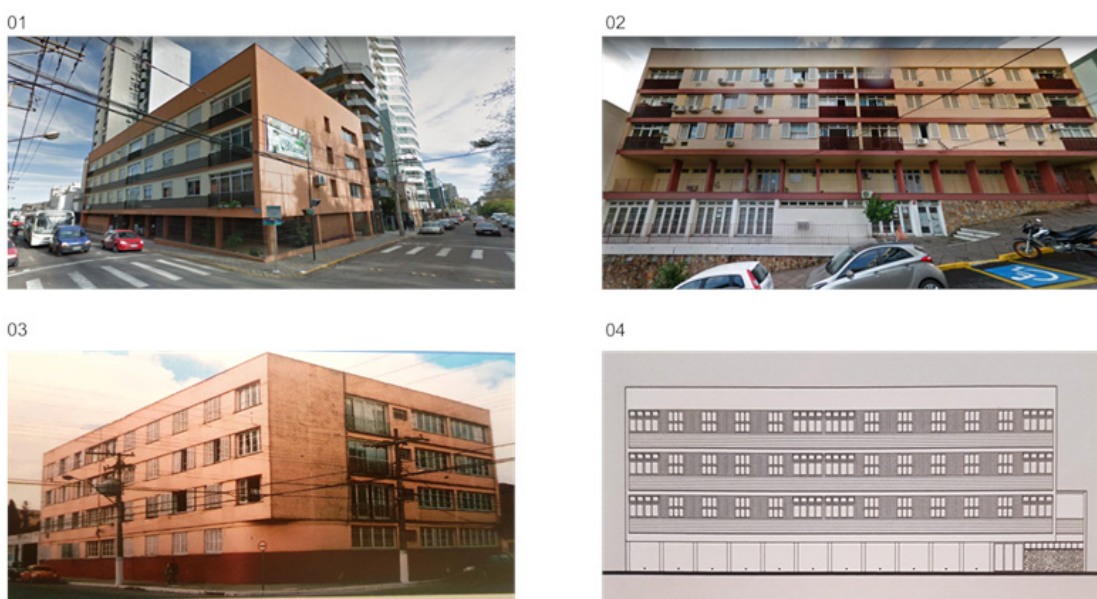
Em ambos os projetos dos edifícios dos bancários para as cidades gaúchas supracitadas é possível notar a utilização de uma mesma planta base de apartamento como geradora para a concepção do pavimento tipo residencial [10]. Do mesmo modo, como evidenciado no projeto do IAPB para Passo Fundo, constata-se que a tipologia de apartamentos com dois dormitórios e fosso de ventilação serviu de base para as demais composições. Por outro lado, em cada projeto, a planta base teve a disposição dos ambientes alterada, ou então ampliada para três dormitórios. Acredita-se que tais alterações ocorreram em função das diferenças no programa de necessidades ou em virtude das variações topográficas e de dimensões dos terrenos.



FIGURA 10 – Análise das plantas de diferentes Edifícios dos Bancários no estado do Rio Grande do Sul.

Fonte: INSS, 2019; Marques, 2018; Ribeiro, 2017; Bonduki e Koury, 2014; (adaptação própria).

Formalmente, verifica-se que houve a tentativa de replicar o mesmo projeto do Edifício dos Bancários para as cidades de Passo Fundo, Santa Maria e Porto Alegre, sendo que apenas o último não foi edificado [11]. Tanto no edifício em Santa Maria como em Passo Fundo, o primeiro pavimento abrigava as funções da agência do IAPB, tal como no projeto para Porto Alegre (BONDUKI; KOURY, 2014). Nos três projetos mencionados acima, as unidades residenciais se distribuem nos pavimentos superiores. No entanto, o Edifício dos Bancários em Santa Maria apresenta dois pavimentos no subsolo, em virtude do grande desnível do terreno (RIBEIRO, 2017). Além disso, esse exemplar mantém conservado até os dias atuais as esquadrias originais em madeira, tipo guilhotina com venezianas, diferente do observado no caso de Passo Fundo. O Edifício dos Bancários em Pelotas se assemelha aos demais pela predominância da horizontalidade e ao também apresentar quatro pavimentos. Contudo, se difere por possuir todos os pavimentos exclusivamente para o uso residencial.



LEGENDAS

01 EDIFÍCIO DOS BANCÁRIOS DE PASSO FUNDO ANO DO PROJETO - 1953	02 EDIFÍCIO DOS BANCÁRIOS DE SANTA MARIA ANO DO PROJETO - 1953	03 EDIFÍCIO DOS BANCÁRIOS DE PELOTAS ANO DO PROJETO - 1953	04 EDIFÍCIO DOS BANCÁRIOS DE PORTO ALEGRE ANO DO PROJETO - 1955
--	--	--	---

FIGURA 11 – Edifícios dos Bancários no estado do Rio Grande do Sul.

Fonte: Google Earth, 2011; Bonduki e Koury, 2014.

Atualmente, o Edifício dos Bancários continua se destacando no contexto urbano local, não mais por contribuir na verticalização, mas sim pelo seu baixo gabarito e predominância da horizontalidade quando comparado à verticalidade das torres do entorno imediato, volumetricamente marcadas pela profusão de adições e subtrações, bem como pela grande quantidade de áreas envidraçadas e/ou revestidas com materiais cerâmicos.

Quanto à preservação, as principais alterações na edificação ficaram por conta do fechamento do primeiro pavimento com tela metálica por questões de segurança; da readaptação da antiga agência que, subdividida, deu lugar a três salas comerciais; da substituição das esquadrias originais de madeira por outras de alumínio e, sobretudo, da pintura externa, alterada para a cor azul. De modo geral, a edificação apresenta um bom estado de conservação, visto que foi edificada há 62 anos, mantendo os princípios modernos originais, a exemplo da permeabilidade, ainda que apenas visual, do primeiro pavimento, dos elementos de marcação horizontal nas fachadas leste e oeste, e da racionalidade das aberturas e dos espaços internos, tal como de sua volumetria marcadamente horizontal.

Considerações Finais

Com a institucionalização e ampliação da assistência previdenciária e da habitação social por meio das CAPs e dos IAPs, a partir das décadas de 1920 e 1930, o poder público passou efetivamente a tomar como de sua responsabilidade a resolução dos problemas urbanos e sociais, incentivando, em geral, a formação de uma sociedade mais moderna aliada ao seu projeto desenvolvimentista. Além disso, as ações habitacionais empreendidos pelos órgãos previdenciários, em especial pelos IAPs, também se propunham a garantir a permanência da mão de obra operária na área urbana.

Construído na década de 1950, em uma época de importantes transformações socioeconômicas em nível nacional e local, o Edifício dos Bancários contribuiu para a verticalização e introdução dos princípios modernos no espaço urbano de Passo Fundo, a exemplo do primeiro pavimento livre sob pilotis, integrando os espaços público e privado; do arranjo volumétrico predominantemente horizontal e de geometria pura; da modulação estrutural; da racionalização distributiva dos espaços a partir da setorização funcional das atividades; da redução das áreas internas, sobretudo das circulações; tal como da aplicação de novos materiais, componentes, técnicas e processos construtivos, sendo necessária a contratação de uma empresa especializada de Porto Alegre para a execução da obra.

Ademais, ao analisar o projeto arquitetônico da edificação, tal como a inserção deste na cidade em questão, acredita-se que houve a preocupação dos técnicos do IAPB em implantar a edificação na área central da cidade, próxima aos principais equipamentos urbanos e ao local de trabalho dos bancários. Percebe-se que a tipologia dos apartamentos, ao conter dependências para empregados, foi direcionada a uma parcela socialmente mais abastada de associados, visto que teriam condições financeiras de pagar pelos serviços diários de um funcionário doméstico.

Por fim, o estudo da atuação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões no campo habitacional, sobretudo, em cidades distantes das capitais, se faz necessário frente a necessidade do resgate histórico de suas ações e, especialmente, da salvaguarda do patrimônio arquitetônico moderno. Neste sentido, este artigo contribui para as pesquisas acerca da habitação social promovida pelo poder público entre 1930 e 1964, assim como para o alargamento e registro da arquitetura moderna brasileira. Salienta-se que essas análises foram as primeiras realizadas no objeto de estudo, possibilitando maior aprofundamento em trabalhos futuros por meio de comparações com outras obras similares do IAPB edificadas, especialmente, em cidades médias.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Assim, agradeço ao suporte da referida Coordenação, por meio de bolsa PROSUP/CAPES.

Referências

BONDUKI, N. G. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 7. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2017.

BONDUKI, N. G. **Os pioneiros da habitação social no Brasil**: cem anos de política pública no Brasil. São Paulo: UNESP, 2014. v. 1.

BONDUKI, N. G.; KOURY, Ana Paula. **Os pioneiros da habitação social**: inventário da produção pública no Brasil entre 1930 e 1964. São Paulo: UNESP, 2014. v. 2.

BRUNA, P. **Os Primeiros Arquitetos Modernos**: habitação social no Brasil 1930-1950. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2015.

CLARK, R. H.; PAUSE, M. **Precedents in Architecture: analytic diagrams, formative ideas and parts**. 3. ed. New York: Wiley, 2004.

CORREIA, T. B. **A construção do habitat moderno no Brasil, 1870-1950**. São Carlos: RiMa Editores, 2004.

FARAH, M. F. S. **Estado, previdência social e habitação**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

FERRETTO, D. **Passo Fundo**: estruturação urbana de uma cidade média gaúcha. 2012. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-17072012-143123>. Acesso em: 10 fev. 2020.

FLORIO, A. M. T. **Os princípios orgânicos na obra de Frank Lloyd Wright**: uma abordagem gráfica de exemplares residenciais. Dissertação (mestrado em Arquitetura) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285151>. Acesso em: 5 mar. 2020.

FRAMPTON, K. **História crítica da arquitetura moderna**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

Grupo de Arquitetura e Planejamento - GAP. **Habitação Popular**: inventário da ação governamental. São Paulo: Finep, 1985.

GOSCH, L. R. M. **Passo Fundo, de Saturnino de Brito ao Mercosul** – projetos e imagens urbanas. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censos demográficos 1940, 1950, 1960**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. **Processos de concessão de financiamentos CAPs/IAPs**. 2019. Desenho técnico.

MARQUES, A. F. R. **Aldary Toledo**: entre arte e arquitetura. 2018. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/3827>. Acesso em: 15 abr. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO – PMPF. **Documentos técnicos do Edifício dos Bancários**. 2019. Desenho técnico.

PORTO, R. **O problema das casas operárias e os institutos e caixas de pensões**. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1938.

RIBEIRO, N. S. **Guia da arquitetura moderna em Santa Maria 1950-1960**. Curitiba: CRV, 2017.

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E DIREITOS AUTORAIS

A responsabilidade da correção normativa e gramatical do texto é de inteira responsabilidade do autor. As opiniões pessoais emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade, tendo cabido aos pareceristas julgar o mérito das temáticas abordadas. Todos os artigos possuem imagens cujos direitos de publicidade e veiculação estão sob responsabilidade de gerência do autor, salvaguardado o direito de veiculação de imagens públicas com mais de 70 anos de divulgação, isentas de reivindicação de direitos de acordo com art. 44 da Lei do Direito Autoral/1998: "O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação".

O **CADERNOS PROARQ (issn 2675-0392)** é um periódico científico sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir com a construção do conhecimento nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e afins, constituindo-se uma fonte de pesquisa acadêmica. Por não serem vendidos e permanecerem disponíveis de forma *online* a todos os pesquisadores interessados, os artigos devem ser sempre referenciados adequadamente, de modo a não infringir com a Lei de Direitos Autorais.

Submetido em 05/07/2020

Aprovado em 08/12/2020